

HOLDING CODESA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

HOLDING CODESA S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração sobre demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Holding Codesa S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Holding Codesa S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nesta, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Holding Codesa S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram originalmente auditadas por nós e sobre elas emitimos relatório de opinião datado 17 de abril de 2023, contendo parágrafos de ênfase chamando a atenção para: *i)* alteração do controle acionário da Companhia ocorrido em 30 de março de 2022 por meio de leilão de desestatização; *ii)* apuração provisória dos efeitos decorrentes da combinação de negócios devido à ausência de informações referentes ao valor justo de ativos e passivos de controlada. Essas demonstrações estão sendo apresentadas para fins de comparação sob a denominação de “reapresentadas” por incorporarem determinados ajustes em relação às originalmente apresentadas, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 4. Tais ajustes foram efetuados em conformidade ao determinado pela norma NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e decorrem da apuração do valor justo de ativos e passivos provenientes da combinação de negócios ocorrida naquele exercício. Como parte de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023, auditamos também os registros descritos na referida nota explicativa e concluímos que são apropriados e foram corretamente efetuados.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

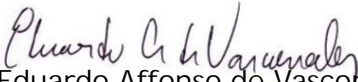


Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de abril de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1


Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3

HOLDING CODESA S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e 5° de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Ativo

	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2023	31/12/2022	05/09/2022	31/12/2023	31/12/2022	05/09/2022
Circulante			Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	5	73.966	71.160	109.405	236.652	153.802	276.731
Contas a receber e adiantamentos de clientes	6	-	-	-	14.313	5.621	11.351
Créditos negociados com clientes	7	-	-	-	-	5.400	-
Estoques		-	-	-	435	75	-
Tributos a recuperar	8	215	329	49	8.567	11.298	10.674
Despesas antecipadas	9	-	-	-	7.209	10.177	9.402
Outros créditos	10	-	-	-	972	1.158	2.667
Direito de Outorga Cedido- Circulante	22	-	-	-	30.867	-	-
		<u>74.181</u>	<u>71.489</u>	<u>109.454</u>	<u>299.015</u>	<u>187.531</u>	<u>310.825</u>
Não circulante							
Depósitos judiciais	12	-	-	-	25.837	47.585	55.698
Impostos diferidos	11	-	-	-	63.234	68.949	46.375
Outros créditos	13	7.000	7.000	7.000	9.002	15.421	18.415
Direito de Outorga Cedido - Não Circulante	22	-	-	-	28.044	-	-
Investimentos		-	-	-	2	2	-
Investimento em controlada	14	356.118	354.154	353.646	-	-	-
Imobilizado	15	-	-	-	31.711	46.979	282.245
Intangível	16	-	-	-	497.177	592.912	-
		<u>363.118</u>	<u>361.154</u>	<u>360.646</u>	<u>655.007</u>	<u>771.848</u>	<u>402.733</u>
Total do ativo		<u>437.299</u>	<u>432.644</u>	<u>470.100</u>	<u>954.022</u>	<u>959.379</u>	<u>713.558</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HOLDING CODESA S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e 5º de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado	05/09/2022 Reapresentado	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado	05/09/2022 Reapresentado
Circulante							
Fornecedores	17	95	-	16	18.623	8.623	3.659
Adiantamentos de clientes - contas a receber	6	-	-	-	789	2.508	3.541
Obrigações tributárias	18	33	531	346	7.544	1.136	4.119
Salários e encargos	19	-	-	-	11.714	9.910	10.461
Arrendamentos mercantil	20	-	-	-	261	493	-
Adiantamento arrendamento clientes	21	-	-	-	2.000	2.000	-
Termo de Compromisso Financeiro - PORTUS	23	-	-	-	9.712	9.469	7.672
Obrigações com Poder Concedente	24	-	-	-	23.497	3.804	-
Benefício pós emprego	25	-	-	-	1.676	1.914	-
Direito de Outorga Cedido - Circulante	22	-	-	-	30.867	-	-
Outras contas a pagar	26	4	2.342	32.589	4.588	3.223	32.589
		132	2.873	32.951	111.271	43.080	62.041
Não circulante							
Impostos diferidos	11	1.144	277	-	3.355	5.292	4.833
Arrendamentos mercantil	20	-	-	-	3.509	5.297	-
Adiantamento arrendamento clientes	21	-	-	-	18.000	20.000	20.667
Termo de Compromisso Financeiro - PORTUS	23	-	-	-	74.596	78.040	80.477
Benefício pós emprego	25	-	-	-	44.220	35.653	25.958
Provisão para demanda judicial	27	-	-	-	51.560	65.406	70.398
Obrigações com Poder Concedente	24	-	-	-	177.659	267.897	-
Direito de Outorga - Não Circulante	22	-	-	-	28.044	-	-
Outras Contas a Pagar	26	-	-	-	6.975	6.852	12.035
Empréstimos e financiamentos	28	437.840	368.560	347.233	437.840	368.560	347.233
		438.984	368.837	347.233	845.758	852.997	561.601
Patrimônio líquido							
Capital Social	29.1	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000
Ajustes de avaliação patrimonial	29.3	(8.393)	1.537	-	(8.393)	1.537	-
Prejuízos acumulados	29.4	(93.424)	(40.603)	(10.084)	(93.424)	(40.603)	(10.084)
Atribuído a participação dos acionistas controladores		(1.817)	60.934	89.916	(1.817)	60.934	89.916
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	(1.190)	2.368	-
		(1.817)	60.934	89.916	(3.007)	63.302	89.916
Total do passivo e patrimônio líquido		437.299	432.644	470.100	954.022	959.379	713.558

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HOLDING CODESA S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado
Receita operacional líquida	30	-	-	241.307	57.627
Custo dos serviços e das mercadorias vendidos	31	-	-	(129.280)	(35.363)
Lucro bruto		-	-	112.027	22.264
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	31	(3.274)	(21.807)	(67.953)	(48.177)
Resultado de equivalência patrimonial		11.893	(1.029)	-	-
Outras receitas e despesas, líquidas	32	(801)	-	(27.788)	(16.625)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		7.818	(22.836)	16.286	(42.538)
Resultado financeiro	33				
Receitas financeiras		9.263	5.130	29.463	10.700
Despesas financeiras		(69.035)	(22.620)	(91.867)	(31.349)
Prejuízo antes de Imposto de Renda e da Contribuição Social		(51.954)	(40.326)	(46.118)	(63.187)
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	11	-	-	(6.488)	2.789
Diferidos	11	(867)	(277)	(3.778)	22.115
Prejuízo do exercício		(52.821)	(40.603)	(56.384)	(38.283)
Participação dos acionistas controladores				(52.821)	(40.603)
Participação dos acionistas não-controladores				(3.563)	2.320
Distribuição desproporcional para não-controladores					
Resultado por ações ordinárias em Reais - R\$	29.2	<u>(0,5282)</u>	<u>(0,4060)</u>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HOLDING CODESA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício		(52.821)	(40.603)	(56.384)	(38.283)
Outros resultados abrangentes	29.3	(9.930)	1.537	(9.978)	1.537
Resultado abrangente total do exercício		<u>(62.751)</u>	<u>(39.066)</u>	<u>(66.362)</u>	<u>(36.746)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HOLDING CODESA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 26 de janeiro de 2022		-	-	-	-	-	-
Aporte de capital	29.1	100.000	-	-	100.000	37	100.037
Resultado do exercício	29.2	-	-	(40.603)	(40.603)	2.320	(38.283)
Outros resultados abrangentes	29.3	-	1.537	-	1.537	-	1.537
Participação de não controladores		-	-	-	-	11	11
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - Reapresentado		<u>100.000</u>	<u>1.537</u>	<u>(40.603)</u>	<u>60.934</u>	<u>2.368</u>	<u>63.302</u>
Aporte de capital		-	-	-	-	53	53
Resultado do exercício	29.2	-	-	(52.821)	(52.821)	(3.563)	(56.384)
Outros resultados abrangentes	29.3	-	(9.930)	-	(9.930)	(48)	(9.978)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>100.000</u>	<u>(8.393)</u>	<u>(93.424)</u>	<u>(1.817)</u>	<u>(1.190)</u>	<u>(3.007)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HOLDING CODESA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		Reapresentado		Reapresentado
Prejuízo do exercício	(52.821)	(40.603)	(56.384)	(93.730)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda com o Resultado de equivalência patrimonial	(11.893)	1.029	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	68.405	21.673	68.405	21.673
Custos de transação	875	-	875	-
Depreciações e amortizações	-	-	17.172	6.408
Baixas de Imobilizado e Intangível	-	-	52	-
Reclassificações de Imobilizado e Intangível	-	-	481	-
Provisões para demanda judicial	-	-	(345)	57.097
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	-	-	(3.038)	162
Imposto de renda e contribuição social diferidos	867	277	3.778	(22.392)
Imposto de renda corrente	-	-	6.488	(2.789)
Adiantamento clientes - arrendamento	-	-	(2.000)	(667)
Juros apropriados - arrendamento mercantil	-	-	414	126
Juros apropriados - TCF Portus	-	-	-	763
Juros valores negociados com clientes	-	-	6.173	(1.409)
Atualização monetária dos depósitos judiciais	-	-	(2.163)	(2.250)
Ajuste de exercício anterior	-	-	-	-
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	-	-
Complementação de aposentadoria	-	-	950	11.943
AVP + juros obrigação poder concedente	-	-	-	7.897
Baixa do Imobilizado sem perspectiva de realização	-	-	-	2.771
Obrigações com o poder concedente	-	-	44.994	3.804
Lucro (prejuízo) ajustado	5.433	(17.624)	85.852	(10.593)
Redução/(aumento) em ativos operacionais:				
Contas a receber - clientes	-	-	(5.654)	(772)
Créditos negociados com os clientes	-	-	5.400	3.244
Estoques	-	-	(360)	1
Impostos a recuperar	114	(329)	2.731	(673)
Despesas antecipadas	-	-	2.968	(775)
Depósitos judiciais	-	-	23.911	12.040
Outros créditos	-	-	6.605	4.425
Valores mobiliários	-	(7.000)	-	(7.000)
Aumento/(redução) em passivos operacionais:				
Fornecedores	95	-	10.000	4.980
Obrigações tributárias	(498)	531	5.008	4.583
Obrigações trabalhistas	-	-	1.804	(551)
Adiantamentos de clientes	-	-	(1.719)	967
Obrigações Com Poder Concedente	-	-	(3.932)	-
Pagamento Portus	-	-	(10.423)	(2.010)
Pagamento de Plano de Pensão	-	-	(1.548)	-
Provisões para riscos	-	-	(13.501)	(6.366)
Outras contas a pagar	(2.338)	6	1.488	(1.243)
IR/CS pagos	-	-	(4.064)	(2.290)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	2.806	(24.416)	104.566	(2.033)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Imobilizado e intangível	-	-	(21.062)	(806)
Investimentos	-	(351.311)	-	(324.774)
Aquisição de caixa e equivalente de caixa	-	-	-	140.826
Outorga de bonificação	-	-	-	(106.000)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	2.806	(375.728)	83.504	(292.787)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos	-	346.888	-	346.888
Pagamento de arrendamento mercantil	-	-	(707)	(299)
Devolução AFAC	-	-	-	-
Aumento (redução) de capital social	-	100.000	53	100.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	-	446.888	(654)	446.589
Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.806	71.160	82.850	153.802
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	71.160	-	153.802	-
No fim do exercício	73.966	71.160	236.652	153.802
Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.806	71.160	82.850	153.802

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HOLDING CODESA S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita		Reapresentado		Reapresentado
Receita da operação portuária	-	-	141.220	42.427
Receita de arrendamentos	-	-	119.203	22.647
Vendas canceladas	-	-	(202)	(292)
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	-	-	3.038	(161)
Outras			52.491	
	-	-	315.750	64.621
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos serviços prestados	-	-	(86.821)	(14.529)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros e outros	(4.075)	(21.808)	(27.392)	(36.439)
	(4.075)	(21.808)	(114.213)	(50.968)
Valor adicionado bruto	(4.075)	(21.808)	(114.213)	(50.968)
Retenções	-	-	(17.188)	(6.408)
Depreciação/amortização	-	-	(17.188)	(6.408)
Valor adicionado produzido pela Entidade	(4.075)	(21.808)	184.349	7.245
Valor adicionado recebido em transferência	21.156	4.101	25.674	10.700
Resultado de equivalência patrimonial	11.893	(1.029)	(3.788)	-
Receitas Financeiras	9.263	5.130	29.462	10.700
Valor adicionado a distribuir	17.081	(17.707)	210.023	17.945
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	-	-	79.921	16.084
Benefícios a empregados	-	-	26.022	20.554
Honorários de conselhos	-	-	1.386	197
FGTS	-	-	17.468	931
Tributos	-	-	-	-
Federais	1.399	1.219	48.039	(13.488)
Estaduais	1	2	4.484	3
Municipais	-	-	-	1.157
Remuneração de capital de terceiros				
Juros e variações monetárias	68.502	21.676	91.334	30.405
Aluguéis	-	-	1.542	109
Remuneração de capital próprio				
Prejuízo do exercício	(52.821)	(40.603)	(60.172)	(38.006)
Valor adicionado distribuído	17.081	(17.707)	210.023	17.945

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Holding Codesa ("Companhia"), é uma sociedade por ações, de capital fechado, de personalidade jurídica de direito privado, regida pelo seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76 e demais legislações aplicáveis.

A Companhia tem por objeto social a participação no capital social da Vports Autoridade Portuária S.A. ("Vports"), que desempenha as funções de Autoridade Portuária do Porto Organizado de Vitória e do Porto Organizado de Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo, com exploração, direta ou indireta, das áreas não afetadas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias, conforme os termos do Contrato de Concessão assinado em 20 de setembro de 2022 e publicado no DOU de 21 de setembro de 2022 ("Contrato de concessão"), e Edital nº 01/2022 - PPI/PND ("Edital").

A Companhia em conjunto com a Vports serão denominadas, em conjunto, a Sociedade.

1.1. A alteração do controle acionário da Companhia

As ações do capital social da Companhia foram adquiridas pelo Shelf 119 - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, atual Fundo de Investimento em Participações Codesa Multiestratégia. ("Fundo") em 17 de maio de 2022 e, em 19 de maio de 2022, foi concluída a integralização de todas as ações emitidas até então.

Em 16 de agosto de 2022, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária aprovando o aumento de capital no montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) mediante a emissão de 100.000.000 de ações ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, levando o capital social da Companhia para R\$ 100.000.400,00 (cem milhões e quatrocentos reais). A integralização das novas ações emitidas foi realizada em duas tranches, a primeira de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em 19 de agosto de 2022, e a segunda, de R\$ 98.000.000,00 (noventa e oito milhões de reais), em 25 de agosto de 2022.

Em 17 de agosto de 2022, o Fundo, como único acionista da Companhia, alienou fiduciariamente a totalidade das ações de sua titularidade, incluindo novas ações que vierem a ser emitidas, em favor dos credores no âmbito das notas comerciais e da CCB.

1.2. Aquisição de ações da Vports

Em 05 de setembro de 2022 a Companhia adquiriu as ações e o controle societário da Vports, cujo objeto é a concessão da atividade de autoridade portuária do Porto de Vitória. Em 20 de setembro de 2022 foi assinado o Contrato de Concessão nº 01/2022 celebrado entre a União Federal e a Vports cujo objeto é a cessão onerosa do porto organizado para o desempenho das funções de autoridade portuária, a exploração, direta ou indireta, das áreas não afetadas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias pela Sociedade por um período de 35 anos. A exploração do porto organizado tem como objetivo o permanente desenvolvimento econômico e a eficiência na execução dos serviços portuários, observadas a legislação e a regulamentação pertinentes.

As ações foram adquiridas pelo preço definido em estudo coordenado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e realizado pela Price Waterhouse Coopers - PWC e pela Investor Consulting Partners, que avaliou o preço unitário das ações pela expectativa de rentabilidade.

Na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia não tinha concluído a apuração do valor justo dos ativos líquidos adquiridos na Combinação de Negócios da Vports e, com base no disposto no Item 45 do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (CPC 15), apresentou os valores provisórios da aquisição desse investimento, sendo o valor patrimonial contábil no ativo investimento e a diferença em relação ao valor pago no passivo circulante até a apuração completa do valor justo dos ativos líquidos adquiridos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 28 das demonstrações financeiras.

No exercício de 2023, a Companhia com base no laudo de avaliação de empresa especializada, apurou o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e os resultados dessa apuração estão documentadas na Nota explicativa nº 4 ajustes decorrentes da reapresentação.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

A Administração aprovou a conclusão das demonstrações financeiras em 05 de abril 2024. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 36 (R3) apresentação das demonstrações financeiras.

2.1. Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards*), ou "IFRS", emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Sociedade leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nas demonstrações financeiras intermediárias é determinado nessa base, exceto quando determinado em norma específica sobre o tema.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada é como segue:

2.3. Apresentação de segmentos operacionais

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a sua gestão e para a tomada de decisões.

A Companhia tem como principais receitas as advindas de tarifas portuárias e contratos de arrendamento.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.5. Reconhecimento de receitas e despesas

2.5.1. Prestação de serviços continuados, e outros

As receitas e os custos com serviços prestados são reconhecidos quando da transferência do controle, riscos e benefícios. Os demais resultados da operação, bem como as despesas (receitas) operacionais, são registrados em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

2.6. Tributação

2.6.1. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

A provisão para Imposto de Renda ("IRPJ") e Contribuição Social ("CSLL") está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado. A provisão para imposto de renda e contribuição social são calculadas com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Em 31 de dezembro de 2022, as alíquotas de IRPJ e CSLL eram de 15,00% (com 10,00% de adicional sobre o valor que exceder a R\$ 20 multiplicado pelo número de meses da apuração) e 9,00% respectivamente.

2.6.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. São reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, mediante a constituição de uma provisão para a não realização do saldo.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando sua realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Anualmente, a Companhia avalia a realização do imposto diferido ativo e, caso sua utilização não seja provável, o saldo não é reconhecido.

2.6.3. Impostos sobre as vendas e serviços

Em operações de prestação de serviços, o PIS é calculado à alíquota de 1,65%, aplicado sobre o total das receitas operacionais, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas pela legislação em vigor. A COFINS é calculada à alíquota de 7,60%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (regime de não cumulatividade).

O Imposto Sobre Serviços ("ISS") é calculado de maneira similar ao regime de cumulatividade e sua alíquota depende do local de prestação dos serviços. As alíquotas das cidades onde a Companhia mantém atividade é de 5,00%.

2.7. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade consolidada for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.7.1. Classificação de instrumentos financeiros

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a classificação inicial dos ativos financeiros baseia-se no modelo de negócio que a Companhia utiliza para gerenciar seus ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa deles. Os ativos financeiros podem ser mensurados em três categorias:

- i. Ao custo amortizado;
- ii. Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- iii. Ao valor justo por meio do resultado.

2.8. Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e créditos com terceiros.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme os critérios a seguir:

2.8.1. Ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros a custo amortizado incluem empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis são instrumentos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses instrumentos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa efetiva de juros), menos perda por redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros classificados nessa categoria são os seguintes:

2.8.2. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

incluem, substancialmente, depósitos à vista e operações compromissadas, denominados em reais (R\$), para os quais não existem multas tampouco outras restrições para seu resgate, com o emissor do instrumento.

A abertura entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários por tipo de classificação está apresentada na Nota Explicativa nº 5.

2.8.2.1. Contas a receber e créditos com terceiros

São classificados como empréstimos e recebíveis e demonstrados ao custo, acrescidos de variação monetária e juros, líquidos de ajuste a valor presente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por valor considerado suficiente pela Companhia para cobrir as perdas estimadas na realização dos créditos que não possuem garantia real.

2.8.2.2. Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

2.8.3. Ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

2.9. Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros incluem fornecedores, adiantamentos de clientes, termo de compromisso com o Portus.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

2.9.1. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.9.2. Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e valores pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa efetiva de juros, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

No caso da Companhia, os outros passivos compreendem substancialmente fornecedores.

2.10. Desreconhecimento (baixa)

2.10.1. Ativos financeiros

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes, é baixado quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa, do ativo, expirarem; (ii) a Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou (iii) a Companhia assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, a um terceiro por força de um acordo que venha a; (a) transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferir tampouco reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o mesmo. Quando a Sociedade tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Sociedade com o ativo. Nesse caso, também reconhece um passivo associado.

2.10.2. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

2.10.3. Instrumento financeiro - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11. Despesas antecipadas

Apropriadas ao resultado do exercício quando incorridas pelo regime de competência.

2.12. Ativos de direito de uso e passivo com arrendamento

A mensuração inicial para registro dos ativos de direito de uso é com base no custo do passivo de arrendamento de cada contrato da Sociedade. Esta abordagem permite uma mensuração consistente e uma razoável aproximação do valor justo do direito de uso nesta data.

A partir do registro inicial, os ativos de direito de uso passam a ser amortizados de maneira linear de acordo com o período remanescente da vigência contratual.

Em contrapartida ao registro dos ativos de direito de uso são registrados os passivos de arrendamento mercantil circulantes e não circulantes, descontados a valor presente pela taxa incremental estimada dos empréstimos, calculada em 9,92% a.a. Estas contas são reduzidas pelos pagamentos das prestações dos arrendamentos e pelo reconhecimento dos juros em conta específica no resultado financeiro da Sociedade.

Caso haja revisão de estimativa do prazo de qualquer locação, a Sociedade revisa o valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a serem feitos ao longo do período revisado, que serão descontados com a mesma taxa de desconto aplicada no início do arrendamento e este ajuste será refletido no ativo de direito de uso e amortizado pelo prazo remanescente do contrato. Da mesma forma, ocorrerão ajustes no passivo de arrendamento e no ativo de direito de uso, caso se faça necessário um ajuste da taxa de desconto utilizada na mensuração inicial.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento exigiu que os arrendatários passassem a reconhecer os passivos dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficaram substancialmente mantidos. O IFRS 16 substituiu o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) em 5 de setembro de 2022, usando a abordagem prospectiva modificada. Sob essa abordagem, a informação comparativa não é exigida e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento.

Os impactos identificados pela adoção nos ativos e passivos da Companhia foram certos contratos de locações de imóveis.

2.13. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada com base no método linear. Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("impairment").

2.14. Investimentos

O investimento da Companhia em sua controlada é contabilizado de acordo com as determinações do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, e entre outras disposições determina que no prazo de um ano, a partir da aquisição a Companhia proceda a avaliação de ativos e passivos da investida a valor justo, conforme detalhado nas notas explicativas nº 14 Investimentos em controlada e nº 27 Valor Provisório Ajuste Combinação de Negócios.

Adicionalmente, a Companhia reconhece pelo método de equivalência patrimonial conforme o CPC 18 (R2) e é descrito na Nota Explicativa nº 14.

2.15. Ativos intangíveis

Demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 16. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.16. Redução ao valor recuperável ("*impairment*")

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.17. Benefícios a empregados

Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Sociedade incluem as remunerações fixas (salários, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), férias e 13º salário, entre outros) e as remunerações variáveis. Esses benefícios são registrados no resultado de exercício à medida que são incorridos.

2.18. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de maneira confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de maneira confiável.

2.19. Ajuste a valor presente - ativos e passivos

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo ou curto prazos quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente. Desse modo, determinados elementos integrantes do ativo e do passivo são ajustados a valor presente, com base em taxas de desconto que visam refletir as melhores estimativas quanto ao valor do dinheiro no tempo.

2.20. Outros passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

2.21. Distribuições de lucros

O estatuto da Companhia não possui previsão específica. O saldo de lucro remanescente será destinado para a constituição de reservas de retenção de lucros nos termos da lei. A constituição de reservas de retenção de lucros não poderá prejudicar a destinação do dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) e deverá ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

2.22. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas nesta nota explicativa, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

2.22.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data do balanço. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para garantia, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, base para a apuração da receita, e instrumentos financeiros.

2.21.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto ágio):

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

b) Provisões para riscos:

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas (Nota Explicativa nº 26). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas no encerramento de cada balanço e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

c) Realização do imposto de renda diferido:

O reconhecimento inicial e as posteriores análises da realização do imposto de renda diferido ocorrem quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

3. Novas normas e interpretações, e revisões

Na elaboração das demonstrações financeiras relativas ao ano de 2023, foram adotadas e aplicadas as normas e revisões abaixo a partir de 1/01/2023:

- Alteração da norma IAS 16 - Imobilizado;
- Alteração da norma IAS 37 - Contrato oneroso.

Aplicação das normas e revisões acima citadas não implicaram em efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

3.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023:

A Companhia não adotou, de maneira antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor.

4. Ajustes decorrentes da reapresentação das demonstrações financeiras

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2, foi concluída a apuração do valor justo dos ativos líquidos provenientes da aquisição das ações da Vports e, com base no disposto no Item 45 do CPC 15, a Administração da Companhia optou pela reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 para a melhor apresentação e classificação contábil do valor provisório reconhecido no passivo circulante, cujos principais ajustes podem ser assim apresentados:

	R\$
Valor contábil dos ativos adquiridos na data-base de aquisição	500.557
Ajustes iniciais do valor contábil (a)	(55.723)
Valor contábil ajustado dos ativos adquiridos	444.834
Menos valia do ativo intangível do contrato de concessão (b)	(89.028)
Passivos contingentes (c)	(31.543)
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	324.263
Ágio do contrato de concessão (Item 43 da ICPC 09)	2.883
Contraprestação transferida	<u>327.146</u>

(a) Representados preponderantemente por provisões prováveis de contingências reconhecidas no último trimestre de 2022, porém referentes ao balanço inicial de aquisição da Vports de 31/08/22.

(b) Menos valia dos ativos intangíveis do contrato de concessão da investida Vports, determinada no laudo de avaliação de empresa especializada, a ser amortizada com base no prazo do contrato de concessão.

(c) Passivos contingentes de possíveis perdas da investida Vports, apurados pela Área Jurídica da Companhia e apresentados no laudo de avaliação de empresa especializada, reconhecidos especialmente para atendimento do Item 23 do CPC 15 nos registros contábeis da Companhia (adquirente).

As rubricas que sofreram mudanças na reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram:

1. Investimento em controlada: na avaliação do valor justo dos ativos líquidos provenientes da aquisição das ações da Vports foram apuradas uma menos valia do ativo do contrato da concessão, indicado na rubrica "Menos valia de ativo de contrato de concessão" e um passivo contingente de ações cíveis, trabalhistas e tributárias, indicado na rubrica "Provisões para riscos judiciais".

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Valor Provisório Ajuste de Combinação de Negócios: a conclusão dos estudos de alocação do preço de aquisição com base em laudo de avaliação elaborado por especialista, conforme citado na Nota Explicativa nº 28, gerou a realocação do valor provisório de ajustes de combinação de negócios.

Ativo	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	Ajustes	31/12/2022	31/12/2022	Ajustes	31/12/2022
	Publicado		Reapresentado	Publicado		Reapresentado
Total do ativo circulante	71.489	-	71.489	187.531	-	187.531
Não circulante	478.027	(116.873)	361.154	889.534	(117.686)	771.848
Investimento em controlada (a)	471.027	0	471.027	-	-	-
Agio Ativo de Concessão - Vports	-	2.883	2.883	-	-	-
Menos-Valia de ativo de contrato de concessão	-	(89.028)	(89.028)	-	-	-
Amortização - Menos-Vallia	-	814	814	-	-	-
Menos-Valia Passivo Contingente - Vports	-	(31.543)	(31.543)	-	-	-
Intangível	-	-	-	710.598	(117.686)	592.912
Demais rubricas do ativo não circulante	7.000	-	7.000	178.936	-	178.936
Total do ativo	549.516	(116.873)	432.644	1.077.065	(117.686)	959.379

Passivo e patrimônio líquido	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	Ajustes	31/12/2022	31/12/2022	Ajustes	31/12/2022
	Publicado		Reapresentado	Publicado		Reapresentado
Circulante						
Obrigações tributárias	215	316	531	820	316	1.136
Outras contas a pagar	6	2.336	2.342	887	2.336	3.223
Valor Provisório Ajuste de Combinação de Negócios (b)	172.265	(172.265)	-	172.265	(172.265)	-
Demais rubricas do passivo circulante	-	-	-	38.721	-	38.721
	172.486	(169.613)	2.873	212.693	(169.613)	43.080
Não circulante						
Impostos diferidos	-	277	277	5.015	-	5.015
Empréstimos e financiamentos	368.560	-	368.560	368.560	-	368.560
Demais rubricas do passivo circulante	-	-	-	479.145	-	479.145
	368.560	277	368.837	852.720	-	852.720
Patrimônio líquido						
Prejuízos acumulados	(93.067)	52.464	(40.603)	(93.067)	52.464	(40.603)
Demais rubricas do patrimônio líquido	101.537	-	101.537	101.537	-	101.537
Participação dos cotistas não controladores	-	-	-	3.182	(537)	2.645
	8.470	52.464	60.934	11.652	51.927	63.579
Total do passivo e patrimônio líquido	549.516	(116.872)	432.643	1.077.065	(117.686)	959.379

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	Ajustes	31/12/2022	31/12/2022	Ajustes	31/12/2022
	Publicado		Reapresentado	Publicado		Reapresentado
Despesas gerais e administrativas	(21.492)	(315)	(21.807)	(47.862)	(315)	(48.177)
Resultado de equivalência patrimonial	(54.085)	53.056	(1.029)	-	-	-
Demais rubricas de resultado	(17.490)	-	(17.490)	(70.733)	55.723	(15.010)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(93.067)	52.741	(40.326)	(118.595)	55.408	(63.187)
Imposto de Renda e Contribuição Social						
Correntes	-	-	-	2.789	-	2.789
Diferidos	-	(277)	(277)	22.392	-	22.392
Prejuízo do período	(93.067)	52.464	(40.603)	(93.414)	55.408	(38.006)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	31/12/2023	Reapresentado 31/12/2022	31/12/2023	Reapresentado 31/12/2022
Bancos conta movimento	52	52	1.060	2.747
Aplicação financeira CDB (e)	2.917	367	2.917	367
Aplicação financeira automática (d)	230	41	230	41
Fundo FI RF (c)	0	993	-	993
LFT RF (b)	70.766	69.707	70.766	69.707
Operações compromissadas (a)	0	-	161.678	79.948
	<u>73.966</u>	<u>71.160</u>	<u>236.652</u>	<u>153.802</u>

- (a) Refere-se a aplicações dos recursos disponíveis com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, com possibilidade de resgate imediato;
- (b) Refere-se a aplicações dos recursos disponíveis com rentabilidade diária atrelada à taxa SELIC, com possibilidade de resgate imediato;
- (c) Refere-se a aplicações dos recursos disponíveis em fundo de investimento com rentabilidade diária cujo objetivo é proporcionar rentabilidade referenciada na taxa CDI, com possibilidade de resgate imediato;
- (d) Refere-se a aplicações dos recursos disponíveis em conta com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, com resgate automático no dia posterior a aplicação;
- (e) Refere-se a aplicações dos recursos disponíveis com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, com possibilidade de resgate imediato.

6. Contas a receber e adiantamentos de clientes

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Faturas a receber de clientes	20.669	15.015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.356)	(9.394)
Contas a receber	<u>14.313</u>	<u>5.621</u>
Adiantamentos de clientes (passivo)	(789)	(2.508)

As faturas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Não existem encargos financeiros aplicáveis sobre esses títulos. O recebimento de faturas vencidas está sujeito a incidência de juros de mora, multas e correção monetária de acordo com a norma de faturamento vigente.

O critério adotado e vigente para a constituição da PECLD na Sociedade é considerar como perdas estimadas os créditos vencidos há mais de 180 dias. Nessa situação, além dos créditos vencidos há mais de 180 dias, considera-se como perda estimada todos os créditos do cliente, independentemente do seu vencimento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, respectivamente, a movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa está sumarizada a seguir:

	<u>Valor</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(9.394)
Constituição por estimativa (IFRS 9)	(2.888)
Reversão	5.926
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>(6.356)</u>

O critério gerencial estabelecido pela Companhia atende em termos de valores provisionados aos critérios estabelecidos pelo CPC 48.

A abertura do saldo de faturas a receber de clientes por vencimento é conforme segue:

	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	<u>Clientes</u>	<u>PECLD</u>	<u>Clientes</u>	<u>PECLD</u>
A vencer	10.545	(13)	4.263	-
Títulos vencidos:				
Até 30 dias	748	(9)	1.287	-
De 31 a 60 dias	-	-	1	(1)
De 61 a 180 dias	64	(21)	236	(165)
De 181 a 365 dias	76	-	344	(344)
Mais de 365 dias	9.236	(6.313)	8.884	(8.884)
Total	<u>20.669</u>	<u>(6.356)</u>	<u>15.015</u>	<u>(9.394)</u>

7. Créditos negociados com clientes

<u>Descrição</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos a receber de clientes	12.484	17.884
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.484)	(12.484)
Total de contas a receber	<u>-</u>	<u>5.400</u>

A movimentação de queda observada na comparação de 31 de dezembro de 2023 com 31 de dezembro de 2022, refere-se ao recebimento dos títulos negociados.

Os créditos negociados referem-se a parcelamentos de débitos em atraso.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A abertura do saldo de créditos negociados com clientes por vencimento é conforme segue:

	Clientes	PECLD	31/12/2023	31/12/2022
			Clientes	PECLD
A vencer	-	-	5.400	-
Títulos vencidos:				
Mais de 365 dias	12.484	(12.484)	12.484	(12.484)
Total	12.484	(12.484)	17.884	(12.484)

8. Tributos a recuperar

Descrição	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	31/12/2023	Reapresentado	31/12/2023	Reapresentado
		31/12/2022		31/12/2022
IRPJ a compensar	215	329	3.044	6.902
CSLL a compensar	-	-	1.755	1.431
INSS retido a compensar	-	-	216	151
PIS a compensar	-	-	503	472
COFINS a compensar	-	-	3.049	2.245
Outros tributos	-	-	-	97
	215	329	8.567	11.298

9. Despesas antecipadas

	Consolidado	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Licença de software	50	82
Seguro de vida usuários e terceiros	-	14
Seguros responsabilidade civil adm. (b)	277	155
Seguros bens móveis e imóveis (b)	2.881	2.393
Dragagem de manutenção (a)	3.717	7.435
Seguro garantia concessão (b)	63	83
Seguro garantia judicial	221	15
Total	7.209	10.177

(a) Os gastos relativos à dragagem de manutenção foram registrados no balanço como despesas antecipadas a sua apropriação está ocorrendo no resultado de acordo com a perspectiva de obtenção de benefício econômico desse serviço visto que tanto nos estudos da Dragagem de Aprofundamento realizada em 2017, quanto nos Estudos e Modelagem (Relatório de Avaliação Técnico-Operacional) conduzidos pela BNDES para a venda da Companhia, identificou-se a necessidade de contratação contínua desse serviço a cada 2 anos. Essa forma de apropriação, além de atender a contabilidade regulatória do setor portuário (SICARSPANTAQ), reflete o impacto no resultado pelo princípio da competência. Parte do valor da dragagem encontra-se no grupo de Outros créditos, registrada no não circulante (Nota Explicativa nº 13);

(b) Seguros obrigatórios do contrato de concessão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Outros créditos

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Adiantamento a funcionários	235	1.094
Assistência médica a recuperar	42	59
Outros créditos	695	5
Total	972	1.158

11. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

a) Imposto de Renda e Contribuição Correntes

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
I - Lucro / (Prejuízo) antes da tributação	17.729	(38.710)
II - Impostos Diferidos acumulados		-
III - Base de Cálculo	17.729	(38.710)
IV - Efeitos das adições e exclusões	8.207	12.183
V - Efeitos das adições e exclusões	8.207	12.183
VI - Compensação de prejuízos fiscais	(7.781)	-
VII - Base de cálculo dos impostos s/ o Lucro para CSLL	18.155	(26.527)
VIII - Base de cálculo dos impostos s/ o Lucro para IRPJ	18.155	(26.527)
IX - Cálculos pela alíquota base de CSLL e IRPJ		
Alíquotas de 15% IRPJ	4.824	3.979
Alíquota adicional de 10% IRPJ	2.007	2.677
Alíquotas de 9% CSLL	2.575	2.387
Incentivos Fiscal	(7)	155
	<u>9.399</u>	<u>9.198</u>
X - Taxa efetiva:		
IRPJ e CSLL ajustados	9.399	9.198
Alíquota efetiva	-53,01%	-23,76%
IRPJ e CSLL Correntes	(6.488)	(7.582)
IRPJ e CSLL Diferidos	(2.911)	16.780
Total (i)	<u>(9.399)</u>	<u>9.198</u>

- (i) O saldo apresentado acima para o ano de 2022 refere-se ao período de 12 meses da controlada Vports, o saldo apresentado a partir de aquisição é de R\$ 2.789 (valor correspondente ao período entre setembro e dezembro do ano de 2022).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Ativo	Consolidado 31/12/2023			Consolidado 31/12/2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos Fiscais de IRPJ e Base Negativa de CSLL	24.111	9.310	33.421	26.265	10.087	36.352
Diferenças Temporárias:						
Provisão Para Perdas De Créditos	3.409	1.227	4.636	3.217	1.158	4.375
Provisão Para Demanda Judicial	12.890	4.640	17.530	16.351	5.887	22.238
Outras	5.623	2.024	7.647	4.400	1.584	5.984
Totais:	21.922	7.891	29.813	23.968	8.629	32.597
Total	46.033	17.201	63.234	50.233	18.716	68.949

Passivo	Controladora 31/12/2023			Controladora 30/12/2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Outros Passivos Diferidos	637	229	867	204	73	277
Total	637	229	867	204	73	277

Passivo	Consolidado 31/12/2023			Consolidado 30/12/2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Depreciação Fiscal x Gerencial	(1.001)	(360)	(1.361)	(3.688)	(1.327)	(5.015)
Outros Passivos Diferidos	(625)	(225)	(850)	-	-	-
Total	(1.626)	(585)	(2.211)	(3.688)	(1.327)	(5.015)

12. Depósitos judiciais

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
	Trabalhista	22.627
Recursal	-	3.739
Cível/tributário	3.210	10.569
Total	25.837	47.585

A seguir a abertura da movimentação dos saldos judiciais no exercício:

	Trabalhista	Recursal	Cível/ Tributário	Total
	Saldo em 31/12/2022	33.277	3.739	10.569
Depósitos/bloqueio	3.579	415	264	4.258
Atualização	1.875	66	222	2.163
Saque	(7.778)	-	(4.244)	(12.022)
Resgate	(15.822)	(639)	(627)	(17.088)
Ajuste saldo/transferências	7.496	(3.581)	(2.974)	941
Saldo em 31/12/2023	22.627	-	3.210	25.837

Os saques são oriundos a pagamentos de acordos efetuados dos processos, enquanto os resgates tratam de valores retornados ao caixa da empresa após decisão judicial.

HOLDING CODESA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Outros créditos não circulantes

Descrição	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	31/12/2023	Reapresentado 31/12/2022	31/12/2023	Reapresentado 31/12/2022
Valores mobiliários (b)	7.000	7.000	7.000	7.000
Fundos de investimentos	-	-	-	14
Créditos a recuperar (a)	-	-	1.590	4.629
Despesas antecipadas (a)	-	-	412	3.778
	7.000	7.000	9.002	15.421

(a) Trata-se de parte do gasto com a dragagem de manutenção que será amortizado por um período de dois anos conforme informado na Nota Explicativa nº 9.

(b) Trata-se de depósito em garantia de captação de recurso conforme informado na Nota Explicativa nº 30.

14. Investimento em controlada

Companhia Vport Autoridade Portuária S.A.

Dados do investimento	Valores
Capital social	568.621
Patrimônio líquido	472.616
Lucro (prejuízo) do exercício	(103.233)
Participação no capital social	99,5399%
Ações possuídas	7.033.852.562

Movimento dos investimentos

	Valor
Saldo inicial 26/01/2022	-
Aquisição de participação societária	444.834
Ágio - Ativo contrato de concessão	2.883
Menos-Valia passivo contingente	(31.543)
Menos-Valia contrato de concessão	(89.028)
Aumento de capital	26.500
Equivalência patrimonial	(306)
Amortização Menos-Valia contrato de concessão	814
Saldo final 31/12/2022 - Reapresentado	354.154
Equivalência patrimonial	(586)
Amortização Menos-Valia contrato de concessão	2.550
Saldo final 31/12/2023	356.118

Em 05 de setembro de 2022 a Holding CODESA adquiriu ações da Vports, cujo objeto é a concessão da atividade de autoridade portuária do Porto de Vitória. Em 20 de setembro de 2022 foi assinado o Contrato de Concessão nº 01/2022 celebrado entre União Federal e a Vports cujo objeto é a cessão onerosa do porto organizado para o desempenho das funções de autoridade portuária, a exploração, direta ou indireta, das áreas não afetadas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias pela Sociedade por um período de 35 anos. A exploração do porto organizado tem como objetivo o permanente desenvolvimento econômico e a eficiência na execução dos serviços portuários, observadas a legislação e a regulamentação pertinentes.

As ações foram adquiridas pelo preço definido em estudo coordenado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e realizado pela Price Waterhouse Coopers - PWC e pela Investor Consulting Partners, que avaliou o preço unitário das ações pela expectativa de rentabilidade. Esse valor foi calculado substancialmente inferior ao patrimônio líquido da CODESA - companhia desalavancada que realizou todos seus investimentos históricos com recursos dos acionistas (União e Estado do Espírito Santo), conforme Nota Explicativa nº 27.

HOLDING CODESA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imobilizado

	% Taxa de depreciação a.a.	31 de dezembro de 2023		
		Custos	Depreciação acumulada	Custo líquido
Instalações	10	17.456	(3.132)	14.324
Veículos	5	433	(311)	122
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	9.002	(8.931)	71
Equipamentos de informática	20	4.739	(619)	4.120
Móveis e utensílios	10	784	(385)	399
Direito de uso de ativo		5.065	(1.800)	3.265
Imobilizações em andamento		9.410	-	9.410
		<u>46.889</u>	<u>(15.178)</u>	<u>31.711</u>
	% Taxa de depreciação a.a.	31 de dezembro de 2022		
		Custos	Depreciação acumulada	Custo líquido
Instalações	10	17.688	(3.820)	13.868
Veículos	5	664	(446)	218
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	8.939	(8.935)	4
Equipamentos de informática	20	820	(589)	231
Móveis e utensílios	10	1.001	(844)	157
Direito de uso de ativo		7.238	(1.881)	5.357
Imobilizações em andamento		27.144	-	27.144
		<u>63.494</u>	<u>(16.515)</u>	<u>46.979</u>

16. Intangível

Os valores de outorga referem-se ao direito de concessão onerosa, para exploração direta ou indireta do Porto Organizado de Vitória e de Barra do Riacho, assim como a exploração indireta das instalações portuárias e infraestruturas de proteção e acesso ao porto organizado. Ativos Intangíveis representam a transferência de bens do ativo imobilizado que deverão ser revertidos à concedente ao final do período de concessão, e desta forma serão amortizados até o final do contrato. O Poder Concedente definiu que os bens reversíveis à União são formados basicamente por bens imóveis como edificações, cais, armazéns, silos, estradas de acesso, molhes, benfeitorias, que são bens de valores relevantes. Os demais bens não relacionados pelo poder concedente foram vendidos à concessionária (fez parte do valor de venda) e permaneceram como imobilizados. Todos os bens intangíveis relacionados a concessão serão amortizados pelo período de 35 anos conforme o prazo da concessão.

As movimentações do ativo intangível nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são apresentadas, como segue:

	% Taxa de depreciação a.a.	31 de dezembro de 2023		
		Custos	Amortização acumulada	Custo líquido
Software	5	111	(10)	101
Marcas e Patentes		296	-	296
Bens Anteriores a Concessão	35	1.320	(1.320)	-
Outorga Fixa	35	148.394	(5.299)	143.095
Outorga à vista	35	106.000	(3.786)	102.214
Ativos da Concessão	35	250.162	(12.555)	237.607
Investimentos Em Andamento		13.864	-	13.864
		<u>520.147</u>	<u>(22.970)</u>	<u>497.177</u>
	% Taxa de depreciação a.a.	31 de dezembro de 2022		
		Custos	Amortização acumulada	Custo líquido
Software	5	10	(10)	-
Marcas e Patentes		-	-	-
Bens Anteriores a Concessão	35	5.607	(5.607)	-
Outorga Fixa	35	260.000	(1.857)	258.143
Outorga à vista	35	106.000	(757)	105.243
Ativos da Concessão	35	231.961	(2.435)	229.526
Intangível Em Andamento		-	-	-
		<u>603.578</u>	<u>(10.666)</u>	<u>592.912</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Fornecedores

Descrição	Controladora	Consolidado	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de Serviços	95	17.536	8.053
Fornecedores de Material	-	1.087	570
	95	18.623	8.623

Composto substancialmente por fornecedores de serviços, materiais de consumo, obras e infraestrutura, aluguéis e fornecedores de informática.

18. Obrigações tributárias

Descrição	Controladora	Controladora Reapresentado	Consolidado	Consolidado Reapresentado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
COFINS a recolher	28	30	2.432	335
PIS a recolher	5	5	523	7
ISS a recolher	-	-	641	298
Contribuições	-	419	-	419
Imposto retido na fonte	-	77	-	77
IRPJ/CSLL a recolher	-	-	3.948	-
Total	33	531	7.544	1.136

19. Salários e encargos

	Consolidado	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Salários, férias e outras gratificações	10.218	6.641
INSS a recolher	510	1.057
FGTS a recolher	109	352
IRRF sobre a folha de pagamento	453	1.552
Outras obrigações trabalhistas	424	308
Total	11.714	9.910

20. Arrendamento mercantil

Arrendamento (passivo)	Saldo em 31/12/2022	Adições	Juros Apropriados	Varição monetária/ Efeitos de renovação	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Imóveis	5.790	-	398	(1.711)	(707)	3.770
Circulante	493	-	-	-	Circulante	261
Não Circulante	5.297	-	-	-	Não circulante	3.509

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamento (passivo)	Saldo em 31/12/2021	Adições	Juros Apropriados	Varição monetária/ Efeitos de renovação	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Imóveis	5.564	2.137	378	(1.393)	(896)	5.790
Circulante	562				Circulante	493
Não Circulante	5.002				Não circulante	5.297

Implementação do CPC 06(R2) / IFRS16 sobre os contratos de locação de imóveis da Sociedade, sendo que a taxa utilizada se refere à taxa incremental de empréstimos da Sociedade junto a terceiros. Os contratos de arrendamento referem-se ao escritório onde encontra-se à sede administrativa da Sociedade e aluguel de uma área onde encontra-se instalado uma torre integrante do sistema VTMISS.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo não circulante tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	2024	2025	2026	2027 até o término dos contratos
Imóveis	261	288	318	2.642

21. Adiantamento arrendamento cliente

Descrição	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Arrendamentos circulante	2.000	2.000
Arrendamentos não circulante	18.000	20.000
Total	20.000	22.000

Valor recebido antecipadamente referente à contrato de cessão de direito de uso, relativo à área no Porto de Barra do Riacho, pertencente à Vports, com vigência de 02/10/2008 a 30/09/2033, que visa atender ao PLANGÁS - Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural, instituído pelo Governo Federal, para escoamento de gás liquefeito de petróleo e gasolina natural, conforme contrato constante do processo administrativo de nº 3453/2007.

22. Direito de Outorga Cedido

Descrição	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Direito de Outorga - Circulante	30.867	-
Direito de Outorga - Não Circulante	28.044	-
Total	58.911	-

A Vports firmou, no exercício de 2019, contrato de arrendamento com o Consórcio Navegantes de área para movimentação, armazenagem e distribuição de granéis líquidos. Esse contrato tem vigência de 25 anos e prevê pagamentos mensais. Além da remuneração mensal do arrendamento prevista no contrato, há um pagamento adicional a ser liquidado em 5 anos vinculado ao cumprimento de determinadas condições.

Após o processo de privatização da Vports, a ANTAQ efetuou revisão do contrato de arrendamento e concluiu, no segundo semestre de 2023, que referido contrato permanece vigente após o processo de privatização, cabendo à Vports, em função disso, registrar o direito de recebimento das 3 parcelas remanescentes do adicional contratual, bem como registrar o correspondente passivo a ser apropriado a receita na medida em que as condições precedentes sejam cumpridas.

Os valores apresentados na presente nota são idênticos em ativos e passivos, pois ao mesmo tempo que a Vports tem o direito do recebimento dos valores, ela tem a obrigação decorrente do compromisso do contrato e suas particularidades de acordo com sua vigência.

23. Termo de compromisso financeiro - Portus

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Encargos financeiros: 4,81% a.a. + INPC		
Circulante	9.712	9.469
Não circulante	74.596	78.040
Total	84.308	87.509

Em junho de 2020, a Vports assinou Termo de Compromisso Financeiro - TCF com o PORTUS no valor de R\$ 84.982. O compromisso foi firmado dentro de um amplo processo de negociação para o equacionamento do déficit atuarial, envolvendo todas as patrocinadoras do Plano de Previdência Complementar denominado PBP-1. O termo prevê as seguintes condições de pagamento:

- 10% de entrada, em 5 parcelas anuais, a serem pagas em junho de cada ano;
- 90% em 180 parcelas mensais e sucessivas, cuja 1ª parcela foi paga em 07.2020 e a última está prevista para junho/2035;
- Sistema Price de Amortização; e
- atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC com juros de 4,81% ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2020.

HOLDING CODESA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir a movimentação dos valores com o Termo de Compromisso Financeiro no período:

	Valor (R\$)
Saldo do TCF em 31 de dezembro de 2022	87.509
(+) Juros	4.508
(-) Pagamentos	(10.423)
(+/-) Atualização/Ajustes	2.714
Saldo do TCF em 31 de dezembro de 2023	<u>84.308</u>

A Vports assumiu o passivo da dívida do Termo de Compromisso Financeiro junto ao Instituto Portus de Previdência, contemplado pelo Plano de Equacionamento de Déficit Técnico (PBP1). Este passivo tem sua exposição aos juros ponderado em taxa pré-fixada (4,81% a.a.) e pós-fixada (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC).

A volatilidade das taxas de juros praticadas está sendo apresentada no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável os índices acumulados dos últimos que meses para o passivo atrelado ao INPC. Os cenários II e III foram estimados com valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável:

Operação	Risco	Exposição	Cenário provável I	Cenário provável II (+25%)	Cenário provável III (+50%)	Cenário provável II (-25%)	Cenário provável III (-50%)
Passivos Financeiros Empréstimos e Financiamentos	INPC	84.308	3.128	3.910	4.692	2.346	1.564

24. Obrigações com o poder concedente

24.1. Curto prazo

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Outorga variável	21.919	3.476
Terreno Greenfield	1.578	328
Total	<u>23.497</u>	<u>3.804</u>

24.1.1. Outorga variável

Prevista no Item 6.2.2 do contrato de concessão, a Outorga Variável corresponde ao montante anual em reais resultante da aplicação de alíquota de 7,50% sobre a totalidade da receita bruta da Vports. Para fins de pagamento o cálculo da outorga variável será feito pela Concessionária, com base nos levantamentos contábeis do período, entregue até o dia 30 de abril do exercício subsequente.

24.1.2. Obrigação sobre terreno greenfield de Barra do Riacho

O Item 6.5 do contrato de concessão prevê uma obrigação anual de pagamento à concedente, durante toda a vigência deste contrato de concessão, o valor correspondente a 2% do valor do terreno greenfield de Barra do Riacho, a ser atualizado anualmente pelo IPCA. Essa obrigação será suspensa proporcionalmente caso a concessionária contrate com terceiro a exploração do terreno. A ANTAQ estabelecerá o procedimento a ser observado para o efetivo pagamento desta obrigação.

A parcela mensal correspondente a obrigação será apropriada mensalmente, impactando o resultado e o passivo de obrigações com o poder concedente.

24.2. Longo prazo

	<u>Consolidado</u> 31/12/2023	<u>Consolidado</u> 31/12/2022
Outorga Fixa	618.850	618.850
Ajuste a Valor Presente	(470.456)	(355.246)
Atualização IPCA	29.265	4.293
Total	<u>177.659</u>	<u>267.897</u>

O valor de Outorga Fixa estabelecido no Item 6.3 do contrato determina um pagamento fixo no valor de R\$ 24.754 durante 25 anos, que deverá começar a ser liquidado a partir do sexto ano do contrato. Esse valor deverá ser atualizado anualmente pelo IPCA. Essa obrigação trazida a valor presente foi reconhecida em setembro de 2022, no Passivo e Ativo Intangível da Companhia. O valor do Ativo será amortizado pelo período da concessão, conforme Nota 16 e o Passivo conforme a efetivação dos pagamentos que ocorreram todo dia cinco de janeiro do ano no qual o pagamento for exigível.

25. Benefício pós emprego

A Vports contrata uma empresa terceirizada para o controle do plano de pensão PORTUS e complemento de aposentadoria:

	<u>Consolidado</u> 31/12/2023	<u>Consolidado</u> 31/12/2022
Complementação aposentadoria	1.676	1.914
Total curto prazo	<u>1.676</u>	<u>1.914</u>
Complementação aposentadoria	10.012	10.029
PORTUS	34.208	25.624
Total longo prazo	<u>44.220</u>	<u>35.653</u>

26. Outras contas a pagar

26.1. Circulante

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u> 31/12/2023	<u>Controladora</u> <u>Reapresentado</u> 31/12/2022	<u>Consolidado</u> 31/12/2023	<u>Consolidado</u> <u>Reapresentado</u> 31/12/2022
Credores diversos	-	-	414	276
Credores depósitos caucionados	-	-	58	57
Provisão de Bônus a colaboradores	-	-	3.285	-
Depósitos e consignações	-	-	597	297
Assistência médica	-	-	230	251
Outros (a)	4	2.342	4	2.342
Total	<u>4</u>	<u>2.342</u>	<u>4.588</u>	<u>3.223</u>

(a) O aumento do valor observado no item "Outros" na tabela acima se refere a quantia provisionada para aquisição dos acionistas minoritários da Vports.

26.2. Não circulante

<u>Descrição</u>	<u>Consolidado</u> 31/12/2023	<u>Consolidado</u> 31/12/2022
Obrigações Convênios	6.975	6.852
Total	<u>6.975</u>	<u>6.852</u>

27. Provisão para demanda judicial

A Vports é ré em ações judiciais, decorrentes do curso normal de suas atividades e das relações trabalhistas. São ações que tratam de relação contratual, regulatória, trabalhistas, entre outros assuntos. Se não houver indicadores que orientem a que se atribua critério de provisão mais ou menos gravoso (risco de perda provável ou remota), identificados pela assessoria jurídica da Vports, as ações em que a Vports é ré são tratadas como risco de perda possível até que ocorra o julgamento em segunda instância. A partir do julgamento em segunda instância e caso haja decisão contrária à Companhia, altera-se o critério de provisão para risco de perda provável, quando, então, há a constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso. No encerramento de 2023 o corpo jurídico procedeu a atualização monetária dos valores provisionados, assim como passou a utilizar o valor homologado do processo para fins de provisão, ao invés do valor apontado pelo perito.

a) Provisões para demandas judiciais prováveis

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Provisão provável para demandas judiciais		
Processos trabalhistas	26.843	25.147
Processos cíveis	24.717	34.689
Processos tributários	-	5.570
Total	<u>51.560</u>	<u>65.406</u>

A partir de 31 de dezembro de 2021 as seguintes movimentações ocorreram na conta de provisão para demandas judiciais prováveis:

	<u>Processos</u> <u>trabalhistas</u>	<u>Processos</u> <u>cíveis</u>	<u>Processos</u> <u>tributários</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.701	1.904	-	13.605
Complemento de provisão	20.342	34.007	5.570	59.919
Pagamentos/baixas de alvarás	(6.896)	(1.222)	-	(8.118)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>25.147</u>	<u>34.689</u>	<u>5.570</u>	<u>65.406</u>
Complemento de provisão	7.518	4.090	367	11.975
Pagamentos/baixas de alvarás	(5.822)	(1.326)	(7.043)	(14.191)
(-) Reversões de provisões	-	-	(11.630)	(11.630)
Transferência de saldos	-	(12.736)	12.736	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>26.843</u>	<u>24.717</u>	<u>-</u>	<u>51.560</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Demandas judiciais classificadas como possíveis

	31/12/2023	31/12/2022
Demandas Judiciais Possíveis		
Processos trabalhistas	60.440	16.577
processos cíveis	117.586	278.989
Processos tributários	8.469	708
Total	<u>186.495</u>	<u>296.274</u>

Dentre os principais processos classificados como possíveis podemos destacar:

- Frannel no valor de R\$ 7.358. A Frannel ajuizou a presente ação com o intuito de cancelar protesto de título realizado pela Vports (antiga CODESA), bem como esta seja impedida de realizar qualquer cobrança.

Entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

28. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Juros	Vencimento	Controladora	Consolidado
			Reapresentado	Reapresentado
			31/12/2022	31/12/2022
Cédula de Crédito Bancário (a)	CDI + 6,0%	22/ago/2025	106.157	106.157
Notas Comerciais Escriturais (b)	CDI + 4,5%	22/ago/2025	262.403	262.403
			<u>368.560</u>	<u>368.560</u>

HOLDING CODESA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Juros	Vencimento	Controladora	Consolidado
			31/12/2023	31/12/2023
Cédula de Crédito Bancário (a)	CDI + 6,0%	22/ago/2025	126.954	126.954
Notas Comerciais Escriturais (b)	CDI + 4,5%	22/ago/2025	310.886	310.886
			<u>437.840</u>	<u>437.840</u>

- (a) A Cédula de Crédito Bancário foi emitida em 26 de agosto de 2022 com vencimento em 22 de agosto de 2025, possui juros remuneratórios equivalentes a CDI + 6,0% e pagamento de principal e juros integralmente na data de vencimento;
- (b) As Notas Comerciais foram emitidas em 22 de agosto de 2022 com vencimento em 22 de agosto de 2025, possui juros remuneratórios equivalentes a CDI + 4,5% e pagamento de principal e juros integralmente na data de vencimento;

Empréstimos e financiamentos e custos de transação estão assim apresentados como seguem abaixo:

Descrição	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	31/12/2023	Reapresentado	31/12/2023	Reapresentado
Cédula de Crédito Bancário (a)	174.089	174.089	174.089	174.089
(-) Custos de transação - CCB	(291)	(404)	(291)	(404)
(-) Juros a incorrer - CCB	(46.844)	(67.528)	(46.844)	(67.528)
Notas Comerciais Escriturais	416.534	416.534	416.534	416.534
(-) Custos de transação - Notas Comerciais Escriturais	(1.946)	(2.708)	(1.946)	(2.708)
(-) Juros a incorrer - Notas Comerciais Escriturais	(103.702)	(151.423)	(103.702)	(151.423)
	<u>437.840</u>	<u>368.560</u>	<u>437.840</u>	<u>368.560</u>

29. Patrimônio Líquido

29.1. Capital Social

Descrição	31/12/2023
Capital Social	100.000
Ações Ordinária	100.000.400

29.2. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício:

Descrição	31/12/2022
(Prejuízo) Lucro Líquido	(40.603)
Ações Ordinária	100.000.400
Resultado Básico por ações em Reais R\$	<u>(0,4060)</u>

Descrição	31/12/2023
(Prejuízo) Lucro Líquido	(68.502)
Ações Ordinária	100.000.400
Resultado Básico por ações em Reais R\$	<u>(0,6850)</u>

29.3. Ajustes de avaliação patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício PBP-1, de benefício definido, junto ao PORTUS, e ao Complemento de Aposentadoria apontou em 31 de dezembro de 2023, um ganho líquido de R\$ 5.751 em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2022 referente ao compartilhamento de riscos, encerrando assim o exercício de 2023 no valor de R\$ 7.288.

29.4. Prejuízos acumulados

O Prejuízo Acumulado de R\$ 109.105 é resultado do saldo dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores acrescido do resultado apurado até 31 de dezembro 2023.

30. Receita operacional líquida

O saldo da receita nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está apresentado a seguir:

Descrição	Consolidado	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Receitas com serviços portuários	141.220	42.427
Receitas com arrendamentos	119.203	22.647
Impostos sobre vendas e serviços	(29.649)	(7.154)
Cancelamentos e devoluções	(202)	(293)
Receitas de Construção	10.735	-
Receita operacional líquida	<u>241.307</u>	<u>57.627</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Custos e despesas por natureza

Descrição	Controladora	Consolidado	Consolidado	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal	-	-	(55.689)	(12.565)
Serviços de terceiros	(3.274)	(21.807)	(55.500)	(22.512)
Amortizações concessão	-	-	(6.471)	(2.114)
Depreciações e amortizações	-	-	(10.717)	(4.097)
Materiais	-	-	(1.202)	(99)
Seguros	-	-	(3.377)	(1.097)
Obrigações da Concessão	-	-	(43.077)	(2.324)
Energia, água e outras utilidades	-	-	(2.474)	(892)
Ações Judiciais	-	-	(185)	(1.207)
Multas	-	-	(624)	(35)
Despesas com viagens	-	-	(553)	-
Despesas Tributárias	-	-	(1.252)	(77)
Outras despesas	-	-	(5.377)	(1.158)
Custo de Construção	-	-	(10.735)	-
	(3.274)	(21.807)	(197.233)	(48.177)
Custos dos serviços prestados	(3.274)	-	(129.280)	(35.363)
Despesas gerais e administrativas	-	(21.807)	(67.953)	(48.177)
	(3.274)	(21.807)	(197.233)	(83.540)

32. Outras receitas e despesas, líquidas

Descrição	Consolidado	Consolidado	Consolidado
	Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Provisões para riscos	-	(5.174)	(7.919)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	3.038	(720)
Provisão complemento aposentadoria	-	-	(3.974)
Provisão Assistência médica	-	(3.284)	(1.909)
PDIV (a)	-	(307)	-
Perdas de Capital	-	(75.491)	(3.222)
Reversão provisão p/ riscos	-	8.138	-
Reversões de provisão p/ crédito liquid duvidosa	-	-	124
Reversão assistência médica	-	1.534	111
Outras despesas e receitas operacionais	(801)	11.921	884
Receita de Direito de Outorga (b)	-	31.837	-
	(801)	(27.788)	(16.625)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

33. Resultado financeiro

Descrição	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:				
Variação monetária ativa	-	-	5.407	424
Rendimentos com aplicações financeiras	9.263	5.130	22.383	8.410
Juros ativos	-	-	913	291
Descontos obtidos	-	-	2	-
Outras receitas financeiras (juros e atual. s/ dep. Judiciais)	-	-	758	1.575
	9.263	5.130	29.463	10.700
Despesas financeiras:				
Variação monetária passiva	-	-	(15.508)	(7.940)
Despesas bancárias	-	-	(60)	(28)
Juros sobre empréstimos	(69.035)	(22.620)	(73.608)	(22.029)
Juros passivos	-	-	(120)	(105)
Outras despesas financeiras	-	-	(2.571)	(1.247)
	(69.035)	(22.620)	(91.867)	(31.349)

34. Instrumentos financeiros

34.1. Gestão do risco de capital

A Sociedade administra seu capital para assegurar que elas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Categorias de instrumentos financeiros

Instrumentos Financeiros	Nota	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo:				
Custo amortizado				
Caixa e Equivalente de caixa	4	73.966	236.652	160.802
Contas a Receber	5	-	14.313	5.621
Créditos Negociados com Clientes	6	-	0	5.400
Depósitos Judiciais	10	-	25.837	47.585
		73.966	276.802	219.408
Passivo:				
Custo amortizado				
Fornecedores	15	-	18.528	8.623
Passivos de Arrendamento	18	-	3.770	5.790
Outras contas a pagar	23	-	4584	881
Obrigações com Poder Concedente	21	-	201.156	271.701
Empréstimos e financiamentos	27	437.840	437.840	368.560
		437.840	665.878	655.555

34.1.1. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas

Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo.

Assim, as estimativas apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Sociedade poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas pode ter um efeito significativo nos valores justos estimados.

Para os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, a Administração da Sociedade entende que as contas a receber, os fornecedores, os empréstimos e financiamentos e as contas a pagar por aquisição de participação, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método dos juros efetivos, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

34.1.2. Exposição de juros e análise de sensibilidade

A Vports assumiu o encargo contratual de outorga fixa, previsto no item 6.3 do contrato de concessão, que será pago pela Vports, em 25 (vinte e cinco) parcelas anuais no valor de R\$ 24.754.000,00 (vinte e quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil reais) cada uma, a partir do sexto ano até o trigésimo ano de vigência do contrato de concessão. Essa contribuição fixa deverá ser paga todo dia cinco de janeiro do ano no qual o pagamento for exigível e o valor de cada parcela tem sua exposição na atualização monetária anualmente pelo IPCA. A volatilidade das taxas de juros praticadas está sendo apresentada no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

34.1.3. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável a taxa divulgada pela B3 para as aplicações financeiras referenciadas em CDI e, os índices acumulados dos últimos que meses para o passivo atrelado ao IPCA. Os cenários II e III foram estimados com aumento de 25% e 50%, respectivamente, para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma redução de 25% e 50%, respectivamente, para os próximos 12 meses, das taxas de juros no cenário provável:

Operação	Risco	Exposição	Cenário provável I	Cenário provável II (+25%)	Cenário provável III (+50%)	Cenário provável II (-25%)	Cenário provável III (-50%)
Saldos patrimoniais							
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	101% CDI	161.678	19.009	23.761	28.513	14.257	9.504
Passivos financeiros							
Obrigações com o poder concedente	IPCA	177.659	8.208	10.260	12.312	6.156	4.104

Nilto Calixto
Diretor Executivo

Adão Vieira Oliveira
Contador
CRC: SP 249.336/O-4